



## APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ “GOVERNO E PARLAMENTO DIGITAL”

Cristiane Brum Bernardes<sup>1</sup>  
Isabele Batista Mitozo<sup>2</sup>  
Maria Paula Almada<sup>3</sup>

A crescente digitalização enfrentada pelas instituições públicas brasileiras por conta da pandemia de Covid-19 provocou uma série de reflexões e análises dos pesquisadores brasileiros que têm se debruçado sobre temas como governo e parlamento digital, acesso à informação, transparência pública, participação e *accountability*. Ainda que o processo tenha se intensificado desde 2020, a migração dos serviços e atividades institucionais para o ambiente digital é um fenômeno com, pelo menos, três décadas de existência no Brasil. Uma das questões avaliadas, porém, é se a digitalização tem promovido maior abertura do parlamento e do governo aos cidadãos, com mais engajamento e participação destes últimos; se houve aumento do escrutínio público sobre as decisões políticas; e se as instituições, seus processos, atividades e atores têm se tornado mais transparentes e acessíveis.

Sabemos que a transparência não é apenas tornar digitalmente disponível a informação sobre as decisões públicas, mas envolve o provimento de informações inteligíveis e de interesse público, que auxiliem o cidadão no monitoramento e fiscalização das atividades políticas e seus respectivos atores. Desse modo, a transparência dos poderes Legislativo e Executivo pode acontecer em dois tempos: ao passo que leis, projetos e requerimentos podem e devem estar acessíveis na internet para serem visualizados pelos cidadãos a qualquer tempo – bem como os gastos do governo para as devidas prestações de contas –, o ambiente online possibilita o acompanhamento em tempo real da elaboração de projetos e tomada de decisões.

Da mesma forma, a maioria dos analistas já concorda que a digitalização das instituições e dos serviços públicos não é, em si mesma e exclusivamente, a solução para a democratização do Estado, ainda que possa colaborar nesse sentido. O ponto é que o contexto social de digitalização das diferentes esferas sociais também traz ganhos e desafios para os espaços públicos decisórios, em vários níveis e de variadas formas.

Dentro dessa temática, o dossiê conta com sete artigos, a maioria deles fruto das

---

<sup>1</sup> Professora do Mestrado em Parlamento do Centro de Formação da Câmara dos Deputados. Doutora em Ciência Política (IESP-UERJ) e Mestra em Comunicação (UFRGS).

<sup>2</sup> Professora do PPG em Comunicação e do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Ciência Política (UFPR) e Mestra em Comunicação (UFC).

<sup>3</sup> Pós-doutoranda no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD). Doutora e Mestra em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA).

discussões realizadas no Grupo de Trabalho “Governo e Parlamento Digital” da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA), em seu último congresso, em 2021. Os três primeiros artigos tratam da grande temática de acesso à informação e transparência do Estado. O primeiro, intitulado “Transparência do Poder Legislativo Brasileiro: Instrumentos utilizados pelas Ouvidorias do Senado e da Câmara dos Deputados”, de autoria de Alessandra Siqueira Lessa e Nélia R. Del Bianco, aborda a transparência promovida pelo Congresso Nacional por meio de suas ouvidorias e propõe um modelo metodológico a partir de indicadores do Índice de Transparência do Poder Legislativo para analisar casos em outros níveis da federação. O segundo texto, de Matheus de Souza Depieri, Murilo Borsio Bataglia e Ana Claudia Farranha, “Acesso à informação, transparência e tecnologias: estudo de caso da Câmara Legislativa do Distrito Federal”, analisa como a CLDF disponibiliza informações aos cidadãos de forma online, observando, ainda, se e como os usuários têm demandado acesso a esses dados. O último artigo desse bloco temático tem por título “Dimensões institucionais associadas à abertura de dados governamentais: Uma análise transnacional” e autoria de Jaedson Gomes dos Santos e Flávio Perazzo Barbosa Mota. A proposta analisa comparativamente a abertura de dados em 111 países e as relações entre esse nível de abertura e as dinâmicas institucionais dos governos estudados.

Em um segundo momento, o dossiê traz artigos que abordam como as tecnologias digitais têm facilitado ações tanto aos governos e parlamentos quanto a outras instituições que fiscalizam suas ações, como o Jornalismo. O artigo de Maria Alejandra Nicolás, Carlos Alberto Ramos Torres e Claudia Kelly Mamani Catachura, intitulado “O desenvolvimento do governo eletrônico em vinte países da América Latina: agendas digitais e websites dos executivos federais”, apresenta os resultados de uma pesquisa comparativa acerca de vinte países da América Latina com relação ao estado de aplicação de governo eletrônico por parte do Poder Executivo Nacional, resultando em uma proposta analítica para a construção de um índice avaliativo que contemple as características desses países. Em seguida, o estudo de Paulo Ferracioli, “Jornalismo de checagem de fatos como intermediário da transparência pública: uma análise comparada entre países”, também traz uma perspectiva comparativa, mas observa, por outro lado, como o jornalismo tem se apropriado de dados públicos para realizar o processo de checagem de fatos, o que pode contribuir, segundo o pesquisador, para o fomento à maior abertura das instituições públicas. Na sequência, o artigo intitulado “Aplicativos móveis e governança digital no Brasil: Um estudo de caso do “Projeto Piá”, do estado do Paraná”, de Sérgio Braga, Sérgio Luiz Zacarias e Luiz Henrique Champoski, apresenta o estudo de um conjunto de ferramentas de inteligência artificial utilizadas pelo governo do Paraná para agilizar serviços, nas quais se avaliaram sucesso, difusão, avaliação dos usuários e responsividade.

Por fim, como uma temática bastante necessária ao momento, o dossiê se encerra com o artigo de Luiza Jardim e Rachel Callai Bragatto, que leva o título “Participação no

enfrentamento à pandemia: Mapeamento das iniciativas digitais das prefeituras” e analisa como as prefeituras do Brasil desenvolveram iniciativas digitais para participação cidadã durante o primeiro ano da pandemia do Covid-19.

Esperamos que esta coletânea de artigos possa colaborar com uma maior discussão de diferentes possibilidades, em contextos diversos, que as tecnologias digitais apresentam para governança das instituições públicas, assim como para a construção de conhecimento científico em torno dos fenômenos contemporâneos na área de Governo e Parlamento Digital.